

Diário Eletrônico do Ministério Público RS



Procurador-Geral de Justiça: Mauro Henrique Renner

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Editais.....	2
Avisos.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	2
Súmulas de contrato e convênios.....	3
Concursos Públicos.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
---------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de agosto de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 015

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 46/2008

Altera o Provimento nº 20/2006, que disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul, ocupantes de cargos de direção, e dá outras providências.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a Resolução nº 28/2008, de 26 de fevereiro de 2008, do Conselho Nacional do Ministério Público,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º O artigo 1º do Provimento nº 20/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Aplicam-se aos servidores ocupantes de cargos de direção do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul as vedações fixadas para seus Membros pela Resolução nº 1/2005, de 7 de novembro de 2005, do Conselho Nacional do Ministério Público”.

Art. 2º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de agosto de 2008.

MAURO HENRIQUE RENNER,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

Milton Fontana,

Chefe de Gabinete.

PROVIMENTO Nº 47/2008

Altera o Provimento nº 33/2008, que regulamenta o Diário Eletrônico do Ministério Público como meio oficial de comunicação dos atos do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º Fica acrescentado o parágrafo único ao artigo 1º do Provimento nº 33/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ...

“Parágrafo único Os avisos referidos no artigo 21, inciso II, da Lei nº 8.666/93, serão publicados, concomitantemente, no Diário Eletrônico do Ministério Público e no Diário Oficial do Estado”.

Art. 2º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de agosto de 2008.

MAURO HENRIQUE RENNER,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

Milton Fontana,

Chefe de Gabinete.

EDITAL – PGJ Nº 21/2008

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o **arquivamento** do Expediente Criminal constante do PR.00958.03277/2008-4.

Porto Alegre, 20 de agosto de 2008.

MAURO HENRIQUE RENNER,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

Milton Fontana,

Chefe de Gabinete.

AVISO Nº 04/2008 - PGJ

Científico, na forma do art. 14 do Provimento nº 33/2008, que o Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça proferiu despacho, autorizando, sem prejuízo das funções normais, o **AFASTAMENTO dos Membros do Ministério Público**, para, nos dias 29 de agosto e 19 de setembro de 2008, participar do Curso de Atualização em Direito Penal e Direito Processual Penal, em Porto Alegre/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2008.

MILTON FONTANA,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 327/2008

O **SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PRORROGAR

- a Portaria nº 2877/2005, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 10 de agosto de 2008, que reduziu a carga horária da servidora **VERA LÚCIA ANDRADE DE AGUIAR**, Agente Administrativo, matrícula nº 1449 4310, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do Art. 6º, § 2º, da Lei nº 7.253/79 (PR.00956.00377/2008-7 - Port. 2454/08).



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de agosto de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 015

ALTERAR

- as Portarias nº 386/03 e 4778/04, que concederam gratificação especial de insalubridade para o servidor **MARCELO DOS SANTOS DIAS**, matrícula nº 1495 8775, para constar que a mesma passa a ser no percentual de 40% (quarenta por cento), a/c de 14/10/02, respeitada a prescrição quinquenal. (PR.00956.00040/2008-1 - Port.2467/08)

- as Portarias nº 491/01, 983/02 e 4781/04, que concederam gratificação especial de insalubridade para o servidor **GENÉSIO GERMANN**, matrícula nº 1347 8850, para constar que a mesma passa a ser no percentual de 40% (quarenta por cento), a contar de 08/12/00, respeitada a prescrição quinquenal. (PR.00956.00040/2008-1 - Port. 2468/08).

- as Portarias nº 491/01 e 4780/04, que concederam gratificação especial de insalubridade para o servidor **AIRTON DA COSTA FLORES**, matrícula nº 1495 3242, para constar que a mesma passa a ser no percentual de 40% (quarenta por cento), a contar de 08/12/00, respeitada a prescrição quinquenal. (PR.00956.00040/2008-1 - Port.2469/08).

- as Portarias nº 735/03 e 4777/04, que concederam gratificação especial de insalubridade para o servidor **PAULO ROBERTO FERRAZ**, matrícula nº 1495 3943, para constar que a mesma passa a ser no percentual de 40% (quarenta por cento), a contar de 12/09/02, respeitada a prescrição quinquenal. (PR.00956.00040/2008-1 - Port.2470/08).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2008.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 8335-09.00/08-9

CONTRATADA: CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.; **OBJETO:** inscrição das servidoras Andrea Quadros Pasquini, Alice Farina Frainer e Daniela Fetermann Schultz, no curso Gestão de Convênios e suas mudanças com o novo Decreto nº 6.170/2007; **VALOR TOTAL:** R\$ 5.070,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25, inciso II, combinado com o art. 13, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 19/08/2008, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, **Anízio Pires Gavião Filho**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19/08/2008.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,
Diretor-Geral.

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

PROCESSO Nº 2452-09.00/08-9

PREGÃO Nº 17/08

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA VEICULAR LTDA.; **OBJETO:** aquisição dos itens abaixo:

Item	Quant	Marca/Modelo	Descrição	Valor unit. (R\$)
02	4	Pirelli/P2000	175/65 R14	125,00

VALOR TOTAL: R\$ 500,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3033; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 3.931/2001, Provimentos PGJ 40/2004, 47/2006 e 54/2002, e, subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666/93.

Porto Alegre, 19/08/08.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,
Diretor-Geral.

EDITAL Nº 134/2008

TORNO PÚBLICO o indeferimento de pedido de reconsideração apresentado pelo candidato **José Carlos Ayres Yates**, inscrição nº 015304h, mantendo-se, assim, a decisão de acolher o Laudo Técnico Fundamentado nº 18/2008-BIOMED. Abra-se prazo de recurso na forma do parágrafo 4º do artigo 51 do Anexo Único do Provimento nº 27/2001-PGJ, com a redação do Provimento nº 46/2007_PGJ, que dispõe sobre o Regulamento dos Concursos Públicos para o Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de agosto de 2008.

Anízio Pires Gavião Filho,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 07/2008 – CAODH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou as seguintes Portarias:

1) Inquérito Civil Público nº 00773.00030/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, em 04 de agosto de 2008, tendo por finalidade apurar a acessibilidade para deficientes físicos no município de São Vendelino.

2) Inquérito Civil Público nº 00773.00031/2008 instaurado



pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, em 04 de agosto de 2008, tendo por finalidade apurar a acessibilidade para deficientes físicos no município de Vale Real.

3) Inquérito Civil Público nº 00773.00032/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, em 04 de agosto de 2008, tendo por finalidade apurar a acessibilidade para deficientes físicos no município de Alto Feliz.

4) Inquérito Civil Público instaurado através da Portaria nº 012/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro, da Promotoria de Justiça de Herval, em 11 de agosto de 2008, tendo por finalidade promover diligências investigatórias acerca da não aplicação, pelo Município de Herval, durante o exercício de 2007, do percentual mínimo de 15% nas ações e serviços públicos de saúde, consoante previsão contida no art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

5) Peças de Informação nº 01128.00100/2008 instauradas pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 12 de agosto de 2008, tendo por finalidade investigar eventual falta de acessibilidade às pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida nas calçadas da Rua José Sobral, nesta Capital.

6) Inquérito Civil Público nº 0112800101/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 13 de agosto de 2008, tendo por finalidade investigar eventual recusa no fornecimento de atestados médicos a usuários do Sistema Único de Saúde, nesta Capital.

7) Inquérito Civil Público nº 0112800102/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 14 de agosto de 2008, tendo por finalidade investigar eventual falha nas rotinas de uso e descarte laboratório central do CSVC, nesta Capital.

8) Inquérito Civil Público nº 0112800103/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 15 de agosto de 2008, tendo por finalidade investigar eventual abusividade no preço praticado pela empresa Expressa Distribuidora de Medicamentos em relação ao medicamento Betainterferona 1 a 6 MUI (300MCG).

9) Inquérito Civil Público nº 0112800104/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 15 de agosto de 2008, tendo por finalidade investigar eventual abusividade no preço praticado pela empresa Expressa Distribuidora de Medicamentos em relação ao medicamento Sirolimus 1MG.

10) Inquérito Civil Público nº 00862.00030/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Vanessa Saldanha de Vargas, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, em 15 de agosto de 2008, tendo por finalidade apurar irregularidades na entidade de atendimento ao idoso Lar São José, situada na Rua Thomas Flores, nº 345, em Santa Cruz do Sul.

11) Inquérito Civil Público nº 0112800104/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 18 de agosto de 2008, tendo por finalidade apurar constrangimento de pessoas portadoras de doenças infecto-contagiosas na utilização de transporte coletivo urbano de Santa Maria.

12) Inquérito Civil Público nº 00864.00162/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 19 de agosto de 2008, tendo por finalidade averiguar as condições de segurança no estádio do Riograndense Futebol Clube.

13) Inquérito Civil Público nº 00929.00062/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, em 11 de agosto de 2008, tendo por finalidade apurar a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou como mobilidade reduzida do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL.

14) Inquérito Civil Público nº 00929.00064/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, em 11 de agosto de 2008, tendo por finalidade apurar a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou como mobilidade reduzida do Banco Santander.

15) Inquérito Civil Público nº 00929.00065/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, em 11 de agosto de 2008, tendo por finalidade apurar a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou como mobilidade reduzida do Tabelionato de Carlos Farenzena.

16) Inquérito Civil Público nº 00929.00067/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, em 11 de agosto de 2008, tendo por finalidade apurar a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou como mobilidade reduzida da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

17) Inquérito Civil Público nº 00929.00068/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, em 11 de agosto de 2008, tendo por finalidade apurar a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou como mobilidade reduzida da Mitra Diocesana de Caxias do Sul – Igreja Nossa Senhora de Lourdes.

18) Inquérito Civil Público nº 00929.00069/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, em 11 de agosto de 2008, tendo por finalidade apurar a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou como mobilidade reduzida da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2008.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

De acordo.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.